



TERMO DE REFERÊNCIA

SEI 24.0.000011159-3

1. Objeto

Contratação de licença para uso do APP híbrido (IOS + Android + Web) Trilhas de Aprendizagem, com vistas à continuidade do projeto de implementação das Trilhas de Aprendizagem no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás que teve início em 2023, por meio da capacitação de servidores responsáveis pela curadoria de 10 trilhas. Por meio do aplicativo, os curadores iniciaram a construção das referidas trilhas que precisam ser concluídas para possibilitar a plena capacitação dos servidores do TRE-GO, garantindo a execução contínua e eficaz do programa.

1.2. Empresa: *Inteletto - Instituto de Desenvolvimento de Competências Ltda*; CNPJ nº 06.197.492/0001-33.

1.3. Quantitativo de vagas: acesso para até 900 usuários, durante 1 (um) ano.

1.4. Justificativa: Aprimorar a capacitação e atualização dos conhecimentos dos servidores do TRE-GO, por meio da contratação de licença para uso do APP híbrido (IOS + Android + Web) Trilhas de Aprendizagem.

O APP trilhas de aprendizagem vem conjugado com uma série de tutoriais que auxiliam os curadores a preparar trilhas e trilhos, construir objetos de aprendizagem de várias naturezas como tutoriais de capacitação, vídeos de treinamento, manuais, checklists etc, além de permitir publicações com facilidade e agilidade.

Nesse sentido, imperioso destacar que a opção pela contratação do APP híbrido (IOS + Android + Web) Trilhas de Aprendizagem ofertado pela Empresa Inteletto Consultoria se justifica em razão de sua notoriedade e pioneirismo no desenvolvimento de Trilhas de Aprendizagem, com significativa experiência na implementação dessa sistemática em diversas instituições públicas e privadas, dentre as quais, destacam-se: MPF - Ministério Público Federal; MPT - Ministério Público do Trabalho; TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal; TST - Tribunal Superior do Trabalho; TSE - Tribunal Superior Eleitoral e vários TREs; ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária; ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres; MCTIC - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; CNI - Confederação Nacional da Indústria; SCANIA - Brasil; ENAP - Escola Nacional de Administração Pública; POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimos, OCB/Sescoop e Governos Estaduais de Goiás e Tocantins, entre outras (ID 0963098 - link).

Com efeito, a disponibilização da ferramenta desenvolvida pela Empresa Inteletto apresenta uma gama de funcionalidades que atendem às necessidades técnicas e pedagógicas para a continuidade do projeto de implementação das Trilhas de Aprendizagem no âmbito deste Tribunal.

Outro ponto que merece atenção quanto à escolha da elencada ferramenta é o fato de ter sido desenvolvida pela própria equipe que atuou na formação dos curadores deste Tribunal e no desenvolvimento das primeiras Trilhas de Aprendizagem.

Vale ressaltar que os servidores deste Tribunal foram capacitados e preparados, em 2023, por meio da empresa *Inteletto-Instituto de Desenvolvimento de Competências Ltda.* para atuar como curadores de trilhas de aprendizagem para publicá-las no APP TRILHAS (SEI 23.0.000002794-4).

Como resultado da referida ação de capacitação foram construídas 10 (dez) Trilhas de Aprendizagem, as quais servirão como modelos e projeto-piloto na implementação dessa sistemática no âmbito deste Tribunal. Com efeito, importa destacar que as trilhas são dinâmicas e, portanto, devem ser continuamente alimentadas, com trilhos atualizados e novas informações.

Para tanto, a Empresa *Inteletto-Instituto de Desenvolvimento de Competências Ltda.* ofertou, gratuitamente e à título de cortesia, a licença do Aplicativo TRILHAS, que gerencia a disponibilização e acesso às Trilhas de Aprendizagem.

Durante o período de teste, constatou-se a facilidade e confiabilidade no uso do APP TRILHAS, por se tratar de uma ferramenta prática, intuitiva, de fácil acesso e manuseio, tanto para os usuários que utilizaram as trilhas de aprendizagem no desenvolvimento de competências quanto para os curadores que atuaram na criação e disponibilização de trilhos e trilhas, que ainda precisam ser finalizadas, o que motivou a presente solicitação de contratação do Aplicativo, por restar demonstrado, nesse período, que o mesmo atende às necessidades deste Tribunal no que se refere ao compartilhamento de informações e conteúdos destinados à capacitação de seus servidores, bem como acesso remoto, interatividade, personalização dos conteúdos e monitoramento do desempenho dos servidores.

Importante ressaltar que as Trilhas de Aprendizagem figuram como uma nova metodologia de aprendizagem autoinstrucional que viabiliza, de forma dinâmica e flexível, o desenvolvimento de competências específicas para o trabalho. Ao percorrer os trilhos e trilhas os servidores do TRE-GO aprendem trabalhando e estabelecem conexão entre teoria e prática, conhecimento e ação, desenvolvendo competências destinadas à resolução de desafios do dia a dia profissional e pessoal.

Portanto, a utilização do aplicativo irá otimizar o tempo, melhorar a participação dos servidores e aumentar a eficácia dos resultados, garantindo que o treinamento seja realizado de forma mais dinâmica, acessível e contínua, especialmente em um contexto em que soluções digitais são cada vez mais necessárias para a atualização constante da força de trabalho.

Isso posto, entende-se que a contratação do APP híbrido (IOS + Android + Web) Trilhas de Aprendizagem desenvolvido e fornecido pela Empresa Inteletto se mostra como a melhor solução para atendimento da demanda apresentada.

1.5. Valor Total da contratação: R\$ 2.100,00 por mês para até 900 usuários, durante 1 (um) ano (R\$ 2,33 por usuário/mês), totalizando R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

Item	Descrição	Quantidade	Valor Mensal	Valor Total
------	-----------	------------	--------------	-------------

1	Licença APP híbrido (IOS + Android + Web) Trilhas de Aprendizagem contemplando até 900 usuários	1	R\$ 2.100,00	R\$ 25.200,00
---	--	---	-----------------	------------------

Obs: A empresa informou que o preço atual de licenciamento do aplicativo APP TRILHAS no Pacote 3 é de R\$ 4,00 (quatro reais) por usuário, como pode ser observado na loja virtual <https://www.inteletto.com/loja>. Não obstante, está oferecendo ao TRE-GO o Pacote 3 com desconto de aproximadamente 42%, capaz atender até 900 usuários, perfazendo o valor de R\$ 2,33 por usuário (ID 0895117).

1.6. Prazo da vigência da contratação: 1 (um) ano.

1.7. Prorrogação: 1 (um) ano, caso necessário.

2. Fundamentação da contratação

Considera-se que o servidor, por ser um agente de transformação do Estado e estar a serviço da sociedade, deverá possuir a capacidade de atuar em atividades diversas, comprometido com a ética e com os princípios constitucionais, buscando o bem comum a partir de um sistema de atualização permanente.

A Política Nacional de Formação e Desenvolvimento dos Servidores do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 192/2014, reconhece a necessidade de fomentar e viabilizar o desenvolvimento de servidores com vistas ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos do Poder Judiciário.

A demanda fundamenta-se, também, na Resolução TSE n. 22.572/2007, que estabelece o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento de servidores da Justiça Eleitoral com vistas à formação, atualização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores da Justiça Eleitoral.

A contratação em referência está, ainda, em consonância com a Resolução TRE-GO n. 286/2018 que dispõe sobre a política de educação e desenvolvimento dos servidores no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, que assim pondera: "A política de Educação e Desenvolvimento dos Servidores compreende todas ações voltadas para o desenvolvimento integral dos servidores no âmbito institucional, que oportunizem a formação, a atualização, o aperfeiçoamento e a qualificação contínua".

Oportuno destacar que a contratação em comento agregará valor ao Macroprocesso "Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas", inseridos no Mapa Estratégico deste Tribunal.

A contratação ampara-se nos elementos contidos neste Termo de Referência, bem como no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei n. 14.133/2021.

Como é sabido, as contratações públicas devem ser precedidas de licitação, assegurada, especialmente, a igualdade de competição entre os concorrentes. Desta forma, em regra, toda aquisição deve ser precedida de licitação, que, atualmente, pode ser regida tanto pela Lei nº 8.666/93, quanto pela Lei n. 14.133/2021, as quais regulamentam o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública. Daí, legítimo concluir que o dever de licitar é imperativo constitucional imposto a todos os entes da Administração Pública.

Porém, a lei indica hipóteses nas quais o procedimento licitatório não é exigido. Nessas hipóteses, chamadas de contratação direta, a aquisição prescinde da realização de prélio licitatório prévio.

No caso dos autos, dada a especificidade do serviço contratado e a especialização da empresa e dos profissionais responsáveis, é inviável a realização de licitação, porquanto somente essa empresa poderá prestar o serviço de capacitação almejado.

É bem isso o que prescreve o inciso III do art. 74 combinado com o inciso XVIII do art. 6, ambos da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

A esse respeito, o TCU editou a Súmula nº 252, cujo teor é o seguinte:

"A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

Sob esse aspecto o seguinte posicionamento do Supremo Tribunal Federal em que se explicitou o requisito da "confiança" como um dos elementos justificadores da contratação direta de serviços especializados:

"Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseja contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (AP 348, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/2006, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03-08-2007 PP-00030 EMENT VOL-02283-01 PP-00058 LEXSTF v. 29, n. 344, 2007, p. 305-322) (grifei)

Em referência à notória especialização, ressalte-se que esta característica não é exclusiva da instituição que se pretende contratar, mas, também - e talvez até mesmo principalmente - do seu corpo técnico. Tanto é verdade, que o § 4º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 proíbe a subcontratação "de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade", obrigando, portanto, que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.

Cabe destacar importante lição do jurista Jacoby Fernandes, *in Contratação Direta Sem Licitação*, p. 149:

[...]

A lei estabelece os parâmetros a serem utilizados para aferição da notoriedade, com o fito de reduzir a margem de discricionariedade e subjetivismo. A lei refere-se ao conceito do profissional ou empresa, para depois estabelecer que aquele deve advir do:

- a) desempenho anterior, pouco importando se foi realizado para a Administração pública ou privada; pode inclusive ocorrer de uma empresa recém-criada ter profissionais que de longa data sejam notórios especialistas;*
- b) estudos, publicados ou não, que tenham chegado ao conhecimento da comunidade da área da atividade;*
- c) experiências em andamento ou já concluídas com determinado grau de êxito, capazes de constituir uma referência no meio científico;*
- d) publicações, próprias do autor ou incluídas em outros meios de divulgação técnica, revistas especializadas, internet, periódicos oficiais ou não;*
- e) organização, termo que se emprega como de signativo da forma de constituição da entidade e seu funcionamento, mas que, considerada individualmente, não caracteriza a inviabilidade de competição; somente após o fato de a organização ter conceito destacado com a comunidade dos profissionais do setor;*
- f) aparelhamento, significando a posse do equipamento e instrumental necessário ao desempenho da função que, pelo tipo, qualidade ou quantidade, coloque o profissional entre os mais destacados do ramo de atividade;*
- g) equipe técnica, conjunto de profissionais vinculados à empresa que se pretende notória especialista, ou mesmo ao profissional, pessoa física, firma individual. Pode a notoriedade ser aferida pelo nível de conhecimento e reputação dos profissionais ou esse fator constituir um dos elementos da aferição de um conjunto de fatores. Em seminário promovido na cidade do Recife, pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas daquele Estado, foi questionado se uma empresa recém-constituída poderia pretender ser contratada com inexigibilidade de licitação, por possuir em seus quadros um profissional de notória especialização. A resposta é afirmativa, porque nesse caso as qualidades do agente agregam-se à instituição à qual serve, ensejando uma aferição direta do profissional que a empresa oferece. Só há restrição à contratação de profissional por interposta pessoa no inciso III desse mesmo artigo. Deve ser lembrado que o § 4º do art. 74 da Lei de Licitações atual estabeleceu vedação à subcontratação. Desse modo, o gestor do contrato representante da Administração deverá verificar, no caso de inexigibilidade, se os agentes arrolados como integrantes da equipe técnica estão efetivamente ocupando-se da execução do serviço, ou supervisionando diretamente a execução. Caso relevante foi apreciado pelo colendo TCU, que entendeu afastada a notória especialização numa determinada situação, em que houve a contratação direta de advogado de renome, o qual, mais tarde, substabeleceu em favor de seu filho os mandatos outorgados, demonstrando que a licitação era viável;*
- h) outros requisitos relacionados com suas atividades.*

[...]

Isso posto, da análise do currículo do responsável pelas Trilhas de Aprendizagem, verifica-se a vasta experiência prática e especialidade na temática:

Pedro Paulo Carbone:

- Doutor em economia pela Católica, mestre em administração pública pela FGV e graduado em administração pela USP.
- Professor, consultor e pesquisador em gestão de RH há mais de 25 anos.
- Atuou como executivo de RH em grandes empresas nos últimos 25 anos, tais como o Banco do Brasil, IBMEC e SEBRAE Nacional.
- Professor da FGV e do Centro de Superación de Havana (Cuba).
- Palestrante, no país e no exterior, realizou perto de 200 palestras nos últimos anos sobre os temas de gestão de pessoas, gestão por competências, gestão do conhecimento, desenvolvimento gerencial, capital humano, educação corporativa, trilhas de aprendizagem, certificação de conhecimentos e capital intelectual.
- Coordenador do primeiro, do segundo e do terceiro fóruns nacionais trilhas de aprendizagem;
- Coordenador do seminário trilhas de aprendizagem realizado pela ENAP em 2017; Coordenador do segundo seminário de trilhas da ENAP em 2018;
- Autor de vários livros e artigos científicos sobre gestão de pessoas, entre eles co-autor do Livro Gestão por competências e gestão do conhecimento, Editora da FGV, 3ª edição, 2009, com mais de 200 mil exemplares vendidos.
- Considerado o maior especialistas em trilhas de aprendizagem do País.
- Atualmente é diretor executivo da empresa de Consultoria Intellecto, especializada na implantação da gestão por competências e trilhas de aprendizagem (ID 0901503).

Registra-se, ainda, que a empresa tem notória especialidade, pois além da referida formação acadêmica respeitável, a equipe possui experiências relevantes na área, como a condução da gerência executiva da UniBB - Universidade Corporativa do Banco Brasil, consagrada, inclusive, como a melhor universidade corporativa do mundo. A equipe também comprovou a realização de trabalhos em instituições relevantes, além do TCDF, tais como: TRE-SC, TRE-PB, SEBRAE, SEGPLAN, SGDF, TST e ANVISA (ID 0963098 - link).

Ressaltamos que, a contratação de treinamentos adequada à inexigibilidade de licitação, por se tratar de serviço técnico profissional especializado, requer que a empresa ou profissional contratado possua notória especialização.

A definição de notória especialização contida na Lei de Licitações e Contratos diz respeito ao profissional ou empresa cujo

conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

A *Inteletto-Instituto de Desenvolvimento de Competências Ltda.* é uma sociedade de especialistas em RH e educação corporativa onde o seu acionista majoritário, Prof. e Dr. Pedro Paulo Carbone, detém experiências únicas e bem-sucedidas em projetos de trilhas de aprendizagem e gestão de desempenho por competências em organizações públicas e privadas. A Inteletto foi criada em 2007 para operar a venda de treinamento e consultorias e promover eventos regionais e nacionais nos temas, contando com 15 anos de experiência no mercado. A coordenação dos eventos ofertados pelo Instituto Inteletto é feita diretamente por Pedro Paulo Carbone, doutor em Economia pela Universidade Católica de Brasília – UCB, mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e graduado em Administração pela Universidade de São Paulo – USP e especialista em trilhas de aprendizagem e gestão por competências (ID 0901503).

A empresa *Inteletto-Instituto de Desenvolvimento de Competências Ltda.*, além de demonstrar notória especialidade na construção e manutenção das Trilhas de Aprendizagem, objeto da contratação em tela, é especialista em fornecer treinamentos, cursos e certificações voltados para área pretendida, alinhando-se com os princípios da Política de Educação e Desenvolvimento dos Servidores, possuindo, assim, qualificação técnica reconhecida e expertise exclusiva.

Vale ressaltar que o APP Trilhas não requer linguagem de programação para publicação de trilhas e trilhos, como requer outras plataformas de EAD, sendo de fácil manejo e utilização. Registre-se que a referida plataforma é um aplicativo especializado em trilhas de aprendizagem e curadoria de conhecimentos, vocação deste Projeto do Tribunal.

Os resultados das trilhas publicadas pelos curadores do TRE-GO podem ser observados em <https://www.apptrilhasdeaprendizagem.com.br/>.

Pelos argumentos expostos, deduz-se que a notória especialização da empresa *Inteletto-Instituto de Desenvolvimento de Competências Ltda.* e do seu corpo técnico na pessoa do seu Diretor Executivo, a qual irá oferecer a APP Trilhas de Aprendizagem, plataforma com estética e dinâmica adequadas para o desenvolvimento da Universidade Corporativa no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. O APP híbrido (IOS + Android + Web) Trilhas de Aprendizagem consiste em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) corporativo e educacional, multimodal, que permite aos usuários publicarem suas trilhas (sem linguagem de programação) e os usuários acessarem conteúdos e objetos de aprendizagem de autoria própria ou de terceiros, no formato pedagógico de trilhas, possibilitando o autodesenvolvimento, por meio dos recursos disponibilizados na ferramenta.

A produção orientada de trilhas, a organização da biblioteca virtual e os recursos de learning analytics possibilitam a curadoria de conhecimentos. As trilhas e seus trilhos de aprendizagem vinculados, são organizados por temática de interesse dos processos de trabalho ou das competências a serem desenvolvidas nas organizações, permitindo que os usuários naveguem nas trilhas desenvolvendo habilidades para o desafio a ser enfrentado no trabalho.

O APP Trilhas de Aprendizagem comporta três tipos de perfil de acesso: Administrador, Curador e Usuário. O usuário tipo Administrador faz a gestão do ambiente (configurações, cadastros, certificados, relatórios gerenciais etc); Ao usuário tipo Curador são reservadas as funções de criação ou edição de trilhas, trilhos e bibliotecas virtuais, a emissão de relatórios gerenciais, etc; Ao Usuário, permite-se a navegação pelas trilhas, trilhos e bibliotecas virtuais, o gerenciamento do seu autodesenvolvimento, a emissão de seu certificado e a comunicação por chat/e-mail.

AMBIENTES DO APP TRILHAS:

- Publicação através de templates intuitivos, sem linguagem de programação;
- Ambiente perfil administrador para gestão das trilhas, indicação de curadores, acompanhamento das publicações, gerenciamento de cadastros, certificados, filtros e emissão de relatórios gerenciais;
- Ambiente perfil curador para edição e publicação de trilhas;
- Ambiente perfil usuário para consumo das trilhas por computador ou celular (IOS ou ANDROID) O APP trilhas oferece múltiplas funcionalidades, como: criação ilimitada de trilhas; criação ilimitada de trilhos e criação ilimitada de bibliotecas virtuais.

O APP trilhas oferece múltiplas funcionalidades, como:

1. Criação ilimitada de trilhas;
2. Criação ilimitada de trilhos;
3. Criação ilimitada de bibliotecas virtuais;
4. Publicação de objetos de aprendizagem multimídia;
5. Ferramenta para elaboração de teste de conhecimento ou auto avaliação de competências;
6. Emissor automatizado de certificado;
7. Recursos de gerenciamento de autoaprendizagem;
8. Cadastro ilimitado de curadores;
9. Relatórios gerenciais e learning analytics;
10. Suporte técnico da Inteletto, sob regras;
11. Tutorial de operação da ferramenta;
12. Tutorial de desenvolvimento de trilhas e objetos de aprendizagem.

TUTORIAIS DISPONÍVEIS

O APP trilhas de aprendizagem vem conjugado com uma série de tutoriais que ajudam os curadores a preparar trilhas e trilhos, construir objetos de aprendizagem de várias naturezas como tutoriais de capacitação, vídeos de treinamento, manuais, checklists etc, além de permitir publicações com facilidade e agilidade

3.2. Objetivos:

A educação corporativa traz produtividade, engajamento e motivação, pois quanto mais preparado o colaborador estiver mais inovação é construída, melhorando também o clima organizacional.

Para colocar a educação corporativa em prática, o objetivo principal é desenvolver as habilidades e competências dos colaboradores. Para que eles tenham mais conhecimento e confiança nas atividades realizadas; e foco nas necessidades individuais e as estratégias da instituição.

Dessa forma, identificou-se a necessidade de implementação de programa de capacitação específico para viabilizar a implementação das Trilhas de Aprendizagem, abrangendo o campo teórico e conceitual do modelo de trilhas, bem como as atividades de aplicação do conhecimento de forma supervisionada, para que findado o programa, seja possível a efetiva implementação do modelo de Trilhas.

4. Requisitos da contratação

4.1. A Contratada deverá disponibilizar o serviço de acordo com o que foi apresentado na proposta da Empresa *Inteletto - Instituto de Desenvolvimento de Competências Ltda; CNPJ nº 06.197.492/0001-33* (ID 0895160).

4.2. A contratada deverá atender aos requisitos estabelecidos para a contratação direta via inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, letra "f", da Lei n. 14.133/2021, quais sejam:

- a) serviços técnicos especializados;
- b) natureza predominantemente intelectual; e
- c) notória especialização.

4.3. A contratada deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do Plano de Logística Sustentável (Portaria N. 35/2021 da Diretoria- Geral do TRE-GO).

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, pelas razões abaixo justificadas:

- a) Não haverá pagamentos antecipados;
 - a.1.) ao final de cada treinamento poderá a contratada requestar o pagamento relativo àquela capacitação, conforme valores contidos na proposta;
- b) Trata-se de serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, que não enseja eventual responsabilização da Administração por encargos previdenciários ou trabalhista;
- c) Não impacta a continuidade da prestação dos serviços públicos.

4.6. O serviço deve ser adequado à realidade do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

5. Modelo de execução

5.1. Duração: 1 (um) ano a partir da emissão da Noa de Empenho, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano.

Obs: O aplicativo deverá ser disponibilizado/instalado em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. Horário da entrega/prestação dos serviços: de acordo com a proposta (ID 0895160).

Na execução dos serviços, faz-se necessário que a Contratada utilize ferramentas adequadas e mantenha em seu quadro, profissionais capacitados e em número suficiente para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por qualquer motivo (férias, licenças, faltas ao serviço etc.).

Todas as atividades referentes a execução do serviço deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em horário comercial, considerando as condições de disponibilidade de pessoal, fuso horário, segurança e demais interesses institucionais.

5.3. Local da entrega/prestação dos serviços: de acordo com a proposta (ID 0895160)

6. Modelo de gestão

6.1. Obrigações da Contratante:

6.1.1. Prestar as informações que venham a ser solicitadas pela Contratada;

6.1.2. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.3 Notificar, formalmente, por meio do fiscal ou gestor do contrato, a Contratada para fins de início de contagem do prazo de execução/fornecimento, mediante encaminhamento da nota de empenho ou instrumento equivalente, da ordem de serviços ou da ordem de fornecimento, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

6.1.3.1. As comunicações entre Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, ART. 44, § 2º).

6.1.4. Verificar a conformidade do objeto adquirido ou da prestação dos serviços prestados com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta;

6.1.5. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, solicitando a Contratada a pronta regularização;

6.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência, desde que sejam observadas as condições contratuais;

6.1.7. Aplicar as sanções administrativas regulamentares, conforme previsto neste Termo de Referência e/ou no Contrato;

6.1.8. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto contratado, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.1.9. Promover o cadastro dos servidores na plataforma.

6.1.10. Comunicar aos servidores inscritos as orientações em relação à plataforma disponibilizada pela Contratada.

6.1.11. Encaminhar à Contratada os nomes dos servidores indicados.

6.2. Obrigações da Contratada:

6.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução da contratação;

6.2.2. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação, devendo comunicar ao Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

6.2.3. Cumprir os prazos e demais condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos;

6.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.2.5. As atualizações do software e assistência técnica serão disponibilizadas remotamente, por todo o período do contrato, sem custo adicional para a Contratante;

6.2.6. A prestadora do serviço deverá dispor de número telefônico e website para abertura de chamados técnicos, sem ônus para o TRE-GO;

6.2.7. Observar durante a execução dos serviços contratados o fiel cumprimento de todas as leis federais estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;

6.2.8. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços e repassar ao fiscal da contratação, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Termo de Referência, por razões alheias ao controle da Contratada;

6.2.9. Manter sigilo de todos os dados ou informações da Contratante obtidas em função da execução dos serviços, conforme disposto na LGPD;

6.2.10. Fornecer à sua equipe técnica, se for o caso, todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

6.2.11. Emitir fatura, encaminhando-a ao fiscal do contrato, indicado pelo TRE-GO;

6.2.12. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução da contratação;

6.2.13. Responsabilizar-se por todos os encargos securitários, fiscais e comerciais resultantes desta contratação, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

6.3. Da fiscalização

6.3.1. A execução do objeto contratado deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação, ou pelos respectivos substitutos.

6.3.1.1. Gestor da contratação: Sérgio da Silva Ribeiro;

6.3.1.2. Gestora substituta: Bianca Thais de Souza Crocamo;

6.3.1.3. Fiscal da contratação: Bianca Thais de Souza Crocamo;

6.3.1.4. Fiscal substituta: Kátia Gonçalves Nery.

6.3.2. O fiscal deverá:

a) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

b) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

c) Promover a notificação da Contratada para fins de início de contagem do prazo de execução, mediante encaminhamento da nota de empenho ou instrumento equivalente;

d) Exigir o cumprimento integral das obrigações pactuadas na contratação;

e) Emitir parecer técnico sobre eventuais modificações contratuais requeridas pela Contratada;

f) Providenciar o registro e a notificação da Contratada em caso de descumprimento de obrigações contratuais;

g) Realizar os procedimentos de recebimento e aceitação do objeto/serviço para fins de atestação e pagamento da despesa;

h) Propor eventuais aplicações de sanções administrativas em caso de descumprimento de obrigações previstas neste Termo de Referência;

i) Notificar a Contratada, por escrito, **no prazo de 3 (três) dias úteis** acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido ou no serviço executado, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido a suas expensas;

j) Notificar a Contratada, para apresentar defesa, nos casos em que couber.

6.4. Sanções:

6.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.4.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) **Multa moratória de 0,666%** (zero vírgula seiscentos e sessenta e seis por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento), recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

e) **Multa compensatória de 20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

6.4.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.4.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);

6.4.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de quinze dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

6.4.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

6.4.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativa mente no prazo máximo de cinco dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

6.4.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.4.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

6.4.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

6.4.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

6.4.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

7. Critérios, medição e pagamento

Recebimento provisório

7.1. Os serviços serão recebidos, provisoriamente, pelo fiscal ou equipe de fiscalização, de forma simples, no prazo de até dois dias úteis, contados do final de sua prestação.

7.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.1.2. Em caso de capacitações realizadas em módulos, o recebimento provisório deverá ocorrer ao final de cada módulo.

Recebimento definitivo

7.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até dez dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da documentação de habilitação fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, obediência do conteúdo programático, carga horária, expedição de certificados, pontualidade, material didático e, se for o caso, análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, dentre outros.

7.2.1. Em caso de irregularidade constatada, a contratante deverá solicitar à contratada, por escrito, as respectivas correções, em até três dias úteis.

7.2.2. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço ou materiais empregados, em até cinco dias úteis, contados da sua notificação.

7.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.4. As irregularidades constatadas e que não forem sanadas poderão resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

7.3 Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado.

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente de solução, pela contratada, inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Nota Fiscal ou Fatura

7.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá entregue à contratante, em até cinco dias úteis, após o recebimento definitivo dos serviços.

7.6.1. Em caso de capacitações realizadas em módulos, deverá ser emitida uma Nota Fiscal/Fatura ao final de cada módulo.

7.7. Quando houver glosa parcial do objeto, em razão de irregularidade detectada no recebimento definitivo (item 7.2.4), o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

7.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, a ser confirmada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

7.10. Para fins de liquidação, a Nota fiscal/Fatura apresentada, ou documento de cobrança equivalente, deverá conter os seguintes elementos:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo das entregas;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Pagamento

7.11. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, de acordo com o item 7.6., prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências.

7.12. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua aplicação se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I =$ (TX)	$I = (6/100) /$ 365	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da Taxa Anual = 6%
---------------	------------------------	--

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados

pelo contratado.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Antes do pagamento à contratada ou, se for o caso, antes de cada pagamento, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas neste Termo de Referência.

7.17. Constatada ausência de regularidade da contratada (trabalhista, previdenciária e fiscal), deverá ser providenciado:

a) cientificação da contratada, pelo meio mais célere de comunicação, para regularização em até cinco dias úteis ou apresentação de justificativa;

b) abertura de processo para aplicação de penalidade, se não houver a regularização no prazo previsto na alínea a deste subitem e as justificativas não forem aceitas;

c) o pagamento, no prazo legal, se condiciona ao atendimento das etapas previstas na alínea a deste subitem, observada a regularidade na prestação dos serviços; e,

d) abertura de processo para rescisão do contrato, se comportável na espécie, observado o devido processo legal.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critério de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, letra "f", da Lei nº 14.133/2021, devido à notória especialização da empresa prestadora dos serviços, também, por sua experiência no desenvolvimento das trilhas de aprendizagem.

8.2. O prestador deverá comprovar sua notória especialização por meio de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato (art. 74, §3º).

8.3. Em virtude da singularidade da proposta apresentada que integra o presente Termo de Referência, entende-se, *s.m.j*, que a contratação em tela poderá ser realizada mediante inexigibilidade de licitação, com base no fundamento apontado no item 8.1.

8.4. Previamente à celebração do contrato ou instrumento equivalente, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.14.1. Habilitação Jurídica: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.14.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista.

8.14.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.15. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e a proposta da contratada, prevalecerão as deste artefato.

9. Estimativa do valor:

Vê-se por meio da proposta contida no ID 0895160, elaborada pela empresa *Inteletto-Instituto de Desenvolvimento de Competências Ltda.*, prestadora dos serviços que o valor total de R\$ 2.100,00 por mês para até 900 usuários, durante 1 (um) ano (R\$ 2,33 por usuário/mês) é mais vantajosa do que o praticado no mercado para o público em geral interessado na contratação do APP Trilhas, conforme site da empresa (loja virtual <https://www.inteletto.com/loja>);

Acostamos ao feito nota de empenho (ID 0895109), bem como tabela comparativa de preços a seguir apresentada com o propósito de auxiliar na justificativa dos preços a serem contratados *conforme determinação legal contida na Lei nº 14.133/2021, em seu art. 72, inc. VII, c/c art. 23, § 4º, in verbis:*

(...)

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

VII - justificativa de preço;

(...)

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

(...)

Para fins de cumprimento da Legislação que rege o tema em exame, foi feita a análise da Nota de Empenho ID 0895109 apresentada pela empresa "Inteletto - Instituto de Desenvolvimento de Competências Ltda", e s.m.j., acreditamos que o serviço ali tratado, apresenta similaridade/semelhança com o objeto a ser contratado no presente feito.

OBS.: TABELA PREENCHIDA COM OS DADOS ACOSTADOS NA NOTA DE EMPENHO ID 0895109

Nome da Organização Pública/Privada	Nome do evento	Número de Participantes	Modalidades	Valor Total do Curso	Período de Realização	Preço por usuário por mês
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (2023)	Fornecimento e disponibilização do APP Trilhas de Aprendizagem	900 acessos	Plataforma virtual	R\$ 25.200,00	durante 1 (um) ano	R\$ 2,33
Alternativa contabilidade (2021)	Fornecimento e disponibilização do APP Trilhas de Aprendizagem	30 acessos	Plataforma virtual	R\$ 3.456,00	durante 1 (um) ano	R\$ 9,60

Observações:

Valor Total da contratação: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) por mês para até 900 (novecentos) usuários, durante 1 (um) ano (R\$ 2,33 por usuário/mês), conforme ID 0895160.

Obs: A empresa informa que o APP Trilhas de Aprendizagem **é uma ferramenta nova no mercado, razão pela qual não possui outras notas de empenho mais recentes para apresentar (ID 0895117)**. Foi lançada em 2021, no formato beta (para validação), e relançada oficialmente em agosto de 2023, agora validada, atualizada, com novas funcionalidades e com preço da licença reduzido.

Obs: A empresa informou que o preço atual de licenciamento do aplicativo APP TRILHAS no Pacote 3 é de R\$ 4,00 (quatro reais) por usuário, como pode ser observado na loja virtual <https://www.inteletto.com/loja>. Não obstante, está oferecendo ao TRE-GO o Pacote 3 com **desconto de aproximadamente 42%**, capaz atender até 900 usuários, ao preço de R\$ 2,33 por usuário (ID 0895117).

Sendo assim, entendemos, *s.m.j.*, que o custo da presente contratação atende aos preceitos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas com a execução decorrentes da presente contratação correrão, neste exercício, à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União ao Contratante;

10.2. A dotação orçamentária será definida após envio dos autos à unidade técnica competente.

11. Unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência

Seção de Capacitação (SECAP).

12. Elaborado por

Bianca Thais de Souza Crocamo

13. Revisado por

Milena Jorge Gonçalves

(datado e assinado eletronicamente)

Bianca Thais de Souza Crocamo

Chefe da Seção de Capacitação

Coordenadora de Educação, Saúde e Desempenho em substituição

DESPACHO DA SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

De acordo com o Termo de Referência elaborado pela Seção de Capacitação/Coordenadoria de Educação, Saúde e Desempenho.

Com o intuito de conferir celeridade ao procedimento, encaminhem-se os autos à Secretaria de Administração e Orçamento para que proceda ao enquadramento da despesa e verificação da existência de disponibilidade orçamentária e financeira para custeá-la.

Após, à Diretoria-Geral para apreciação.

Milena Jorge Gonçalves

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA THAÍS DE SOUZA CROCAMO, COORDENADOR(A)**, em 01/11/2024, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MILENA JORGE GONÇALVES, SECRETÁRIO(A)**, em 01/11/2024, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0948078** e o código CRC **AD67B6E7**.